

# *Num buraco no chão vivia...* uma história. **Arqueologia dos silos medievais e modernos de Castelo de Vide: do armazenamento às lixeiras**

*Fabián Cuesta-Gómez*<sup>1</sup>

*Sara Prata*<sup>2</sup>

*João Magusto*<sup>3</sup>

## **Resumo**

Escavações arqueológicas realizadas nas últimas três décadas no centro histórico de Castelo de Vide trouxeram à luz silos de armazenamento em cerca de 20 locais, produzindo um grande volume de dados que carece de um estudo detalhado. A análise deste tipo de estrutura subterrânea revela interessantes processos de transformação, desde o seu uso original como espaços de preservação de alimentos até à sua frequente reutilização para o descarte de resíduos, sendo uma fonte especialmente útil para estudar a cultura material descartada e reconstruir padrões de consumo. Este trabalho constitui uma primeira abordagem a esta realidade complexa, focando-se especialmente nos processos de desativação e de reutilização dos silos como uma fonte para analisar as transformações urbanas e os processos de gestão de resíduos durante a Idade Moderna.

## **Palavras-chave**

Silos. Armazenamento. Arqueologia urbana. Castelo de Vide (Portugal).

---

<sup>1</sup> Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH.

<sup>2</sup> Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH.

<sup>3</sup> Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide.

***In a hole in the ground, there lived... a story. archaeology of Castelo de Vide's silos in medieval and modern times: from storage to refuse pits.***

**Abstract**

Archaeological excavations carried out over the past three decades in the historic center of Castelo de Vide have brought storage silos to light in about 20 locations, producing a large volume of data in need of a detailed study. The analysis of this type of underground storage structure reveals interesting transformation processes, from its original use for foodstuff preservation to its frequent reuse for waste disposal, being an especially useful source for studying the discarded material culture and reconstructing consumption patterns. This paper is a first approach to this complex reality, particularly focused on the silo reuse process as a source to analyze urban transformations and waste management during the Modern Era.

**Keywords**

Silos. Storage. Urban Archaeology. Castelo de Vide (Portugal).

**Introdução**

Enquanto ciência que estuda as sociedades humanas a partir dos vestígios materiais, a Arqueologia lida frequentemente com níveis de descarte intencionais. A análise dos processos de formação e a composição destes estratos, oferece-nos informação valiosa sobre os modos de vida do passado: padrões de consumo de alimentos; características da cultura material, a sua continuidade e as suas mudanças; capacidade tecnológica e produtiva; sequências de uso e cronologia dos contextos<sup>4</sup>. Mas se a relação entre arqueologia e o lixo se pode considerar autoexplicativa, a análise da gestão desses mesmos lixos no passado (e no presente<sup>5</sup>) desde uma perspetiva ambiental é uma via de estudo ainda pouco desenvolvida.

Desde princípios dos anos 1980 que o município de Castelo de Vide assegurou a existência de um grupo de trabalho dedicado ao património arqueológico. Desde

<sup>4</sup> RATHJE, William; MURPHY, Cullen - *Rubbish! The Archaeology of Garbage*. Tucson: University of Arizona Press, 2001; SOSNA, Daniel; BRUNCLÍKOVÁ, Lenka (eds.) - *Archaeologies of Waste: Encounters with the Unwanted*. Oxford: Oxbow Books. Brunclíková, 2017.

<sup>5</sup> CAMP, Stacey Lynn - "Teaching with trash: archaeological insights on university waste management". *World Archaeology* 42/3 (2010), pp. 430-442.

esse momento que o *Grupo de Arqueologia de Castelo de Vide*, posteriormente integrado na estrutura municipal como *Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide* (SACMCV), atestou o acompanhamento continuado dos trabalhos de reabilitação urbana levados a cabo no centro histórico, de forma autónoma (obras promovidas pela Câmara municipal ou a pedido de promotores particulares) ou em colaboração com diferentes arqueólogos responsáveis por estas intervenções. A existência de um conjunto de funcionários municipais afetos especificamente ao património concelhio proporcionou a escavação integral de contextos urbanos identificados aquando de trabalhos de reabilitação, especialmente durante o intervalo entre finais dos 80 e a primeira década de 2000 e quase sempre partindo desde iniciativa municipal/pública<sup>6</sup>, permitindo salvaguardar um conjunto importante de informação arqueológica. A maioria dos dados respeitantes a estas intervenções - cadernos de campo, fotografias e desenhos arqueológicos - mantêm-se inéditos, mas disponíveis para consulta no arquivo da SACMCV. O espólio recuperado nestas intervenções urbanas encontra-se no depósito arqueológico do município: um relevante conjunto de materiais de época medieval e, fundamentalmente, moderna, que aporta dados diversificados sobre a evolução da vila.

Face aos dados disponíveis, para efeitos do presente trabalho coube-nos determinar qual destes contextos seria mais eloquente para uma análise da gestão de resíduos urbanos, desde uma perspetiva ambiental. Neste sentido, devemos começar por referir que até ao momento não foi identificada arqueologicamente nenhuma área de lixeira propriamente dita na área urbana de Castelo de Vide. À semelhança do que sucede na maioria das vilas amuralhadas<sup>7</sup>, a prática de verter detritos para o exterior do perímetro fortificado foi mantida até muito recentemente<sup>8</sup>, persistindo a expressão *ir à muralha* para fazer referência a essa operação. Em pontos concretos do exterior da vila, nomeadamente nas áreas extramuros ao norte e nordeste - as menos urbanizadas -, reconhecem-se alterações na topografia original do terreno que certamente refletem os efeitos desta operação ao longo dos séculos. Noutros pontos do centro histórico foram documentados depósitos de grande potência estratigráfica que evidenciam a sistemática reocupação de certos espaços ou a necessidade de realizar importantes processos de nivelação para maximizar o terreno disponível. O

<sup>6</sup> CANÁRIO, Joaquim - "Casas de ontem e de hoje. Recuperação de um imóvel na Rua da Judiaria com escavação de silos medievais". in *Atas do III Encontro nacional de municípios com centro histórico*. Viana do Castelo: Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico/Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996, pp. 173-180.

<sup>7</sup> BAZÁN DÍAZ, Iñaki - "Sanidad y urbanismo de las villas vascas durante la Baja Edad Media". *Vasconia: Cuadernos de historia – geografía* 21 (1993), pp. 69-80.

<sup>8</sup> Por exemplo, numa carta enviada pelo Presidente da Comissão Municipal de Turismo, Dr. Adolfo Lahemeyer Bugalho, ao Director-Geral dos Monumentos Nacionais, com data de 21 de fevereiro de 1959, manifesta como o estado de ruína do pano de muralha na zona da Praça Alta provocou que se transformara em "local de despejos (...), montureira desagradável e verdadeiro foco de criação de moscas" (Documento: SIPA TXT.00593872).

exemplo mais evidente será o interior da Praça de Armas do castelo, em particular o edifício conhecido por *cavaleriças*, onde após a escavação dos depósitos de época contemporânea, moderna e medieval, foram ainda identificados vestígios que reportam para a ocupação desta atalaia natural também em época proto-histórica<sup>9</sup>.

Além dos materiais de obra descartados nos processos de remodelação, cabe-nos assinalar que a gestão dos lixos domésticos nos períodos medieval e moderno apresenta muitas variações, dependendo dos contextos, períodos e localidades<sup>10</sup>. Mas, acima de tudo, é preciso ter em conta que os ciclos de uso da cultura material e/ou dos próprios alimentos e derivados eram muito mais prolongados que na nossa vivência urbana atual. Na maioria dos casos, o aproveitamento de recipientes, ferramentas, tecidos, etc. implicava um uso primário extenso<sup>11</sup>, com remendos e reparações frequentes para prolongar a vida útil dos objetos, mas também uma reciclagem (reutilização) noutras facetas domésticas ou artesanais, que dotavam o objeto de um novo significado funcional, por vezes sem vínculo com o seu propósito ou desenho original. Situação similar encontramos nos produtos orgânicos, muito longe do habitual desperdício experimentado nas últimas décadas no mundo ocidental. A disponibilidade local e estacional dos produtos, a sua escassez, o trabalho investido na sua obtenção - para a sua produção ou compra -, implicava outra perspetiva no seu consumo e aproveitamento. Além do consumo à mesa e a sua conservação em seco, processados, ou mediante salgações, vinagres, etc., é notável o reaproveitamento dos alimentos e os seus restos na alimentação de animais ou para fertilizar os campos de cultivo<sup>12</sup>. Neste sentido, devemos ter presente que o volume de lixo não reutilizável produzido diariamente por cada unidade familiar seria bastante limitado, ainda que com uma enorme variabilidade dependendo não só do próprio grupo familiar, mas também do contexto grupal/comunitário, do período cronológico, da localização geográfica, ou do status social em análise e que existiam diferentes mecanismos para gerir estes descartes que deixam uma marca pouco perceptível no registo material<sup>13</sup>,

<sup>9</sup> MAGUSTO, João - “Vila de Castelo de Vide: um habitat proto-histórico”. *Al-Madan online* 15 (2007), pp. 37-43.

<sup>10</sup> CÓRDOBA de la LLAVE, Ricardo - “Eliminación y reciclaje de residuos urbanos en la Castilla bajomedieval”. *Acta historica et archaeologica mediaevalia* 19 (1998), pp. 145-170.

<sup>11</sup> Exemplos destes processos são a presença de orifícios, ou *gatos*, nas peças fragmentadas que se realizavam para a aplicação de pequenos grampos metálicos e assim manter as fraturas das peças fechadas; ou os gumes das facas enormemente gastos pelas sucessivas sessões de afiado, com visível diferença entre o fio conservado junto ao cabo e a lâmina de corte.

<sup>12</sup> ALBARELLA, Umberto - “Pig husbandry and pork consumption in medieval England”. in WOOLGAR, Christopher Michael; WALDRON, Tony; SERJEANTSON, Dale (eds.) - *Food in Medieval England: Diet and Nutrition*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 72–87; JONES, Richard - “Manure and the medieval social order”. in ALLEN, Michael J.; SHARPLES, Niall; O’CONNOR, Terry (eds.) - *Land and People: Papers in Memory of John G. Evans*. Oxford: Oxbow Books, 2009, pp. 217-225; JONES, Richard - “Elemental theory in everyday practice: food disposal in the later medieval English countryside”. in KLÁPŠTE, JAN; SOMMER, Petr (eds.) - *Food in the Medieval Rural Environment: Processing, Storage, Distribution of Food*. Rurallia VIII. Turnhout: Brepols Publishers, 2011, pp. 145-154.

<sup>13</sup> DAVIDSON Donald; DERCON, Gerd; STEWART, Mairi; WATSON, Fiona - “The legacy of past urban waste disposal on local soils”. *Journal of Archaeological Science* 33/6 (2006), pp. 778–783.

por exemplo mediante queimadas ou lixeiras nas imediações das populações, espaços hoje absorvidos pelo crescimento urbano.

Não obstante, existe um tipo de estrutura de época medieval e moderna que frequentemente se identifica nos núcleos urbanos e cujo ciclo de abandono e reutilização fornece dados expressivos sobre a gestão de resíduos: os silos. Em Castelo de Vide estas estruturas de armazenamento subterrâneo foram escavadas, fundamentalmente, no interior dos espaços domésticos e refletem a necessidade e capacidade das unidades familiares de acumular e conservar excedentes de produção, essencialmente cereais e grãos. Embora estas estruturas fossem construídas para armazenar bens alimentares, aquando da sua identificação arqueológica encontram-se quase sempre desativadas da sua função original e reutilizadas como vertedouros. No seu interior identificam-se materiais de uso quotidiano, elementos construtivos, lixos domésticos... artefactos e ecofactos que, devido às próprias características físicas do silo que assegura a estanquidade dos depósitos no seu interior, frequentemente apresentam um bom estado de conservação, constituindo verdadeiras cápsulas de informação histórica.

A análise da sequência de uso dos silos, desde a sua construção inicial ao seu abandono e posterior reutilização, permite acompanhar a evolução dos espaços domésticos e as transformações das áreas urbanas nas quais se implantam<sup>14</sup>. Foi desde esta perspetiva, encarando os silos como contextos arqueológicos eloquentes, que optámos por nortear a presente análise.

Começaremos por apresentar o funcionamento dos silos enquanto estruturas de armazenamento e a sua representatividade no registo arqueológico. Partindo para o caso particular de Castelo de Vide, apresentaremos a evolução urbana desta vila alentejana e analisaremos a distribuição dos silos documentados até ao momento no seu centro histórico. Faremos uma análise global destas estruturas de armazenamento, considerando aspetos morfológicos, características construtivas e a sua relação com as unidades domésticas. Face ao elevado número de silos conhecidos em Castelo de Vide, o volume de dados disponíveis ultrapassa o alcance da presente análise. Não sendo possível detalhar todos os contextos documentados, optámos por nos focar nos silos de um edifício concreto, tratando-o como caso de estudo que utilizaremos para elencar as problemáticas inerentes a esta realidade arqueológica. Finalmente, os silos serão analisados enquanto vestígio patrimonial no presente, considerando os desafios inerentes à sua identificação e preservação no âmbito de projetos de reabilitação urbana, bem como alternativas para a sua divulgação.

<sup>14</sup> CAESSA, Ana; MOTA, Nuno - "Redescobrindo a história de Carnide: a intervenção arqueológica no largo do coreto e envolvente". in ARNAUD, José M. *et alii* (eds.) - *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 1025-1032.

## 1. O silo enquanto estrutura de armazenamento

Desde que o ser humano começou a produzir os seus próprios alimentos que um dos seus grandes desafios foi a conservação dos produtos perecíveis<sup>15</sup>. A criação de estruturas negativas escavadas nos solos ou no próprio substrato geológico, aportando valores térmicos mais baixos e níveis de humidade que se podiam regular mediante o revestimento da estrutura ou mediante o uso de recipientes, revelou-se como uma das soluções mais simples e funcionais para este efeito. É por isso que estas estruturas, as fossas e os silos, com uma ampla variedade morfológica, se utilizam para armazenar e conservar alimentos desde o neolítico até aos nossos dias<sup>16</sup>. Devido às suas características físicas os silos são um tipo de estrutura de armazenamento muito visível arqueologicamente, mas que conviveu com outros sistemas. De facto, os silos encontram-se entre as soluções tradicionais para a conservação de cereais, a par com os celeiros e os contentores de cerâmica, madeira e entramado vegetal. Cada um destes contentores responde a uma necessidade específica dentro do ciclo de produção agrária. Em linhas gerais, os celeiros, arcas, sacas e os contentores cerâmicos/vegetais destinavam-se ao armazenamento temporário de cereais (ou farinhas) para consumo imediato<sup>17</sup>, enquanto os silos correspondiam a um armazenamento de excedentes para preservação a médio e longo prazo, principalmente de cereais - daí que também sejam conhecidos pelo expressivo nome de *covas de pão* ou *pão encovado* -, mas também de grãos (leguminosas) ou frutos (como bolotas, castanhas ou nozes). Os silos garantiam a proteção dos alimentos face a diferentes ameaças, como os agentes climáticos, pragas de roedores e insetos, aparição de leveduras e outros fungos, e também aos roubos. Após o fecho estanque de um silo os grãos de cereal (junto com insetos e fungos misturados com o cereal) continuarão a consumir o oxigénio existente e libertando dióxido de carbono, provocando assim um ambiente anaeróbico e de atmosfera estável. Passadas poucas semanas, os valores de O<sub>2</sub> serão próximos a 2 %, e os de CO<sub>2</sub> perto de 15 %<sup>18</sup>, situação favorável à latência do cereal (conservando as suas capacidades alimentícias) e limitando o desenvolvimento de

<sup>15</sup> SIGAUT, François - *Les réserves de grains a long terme: techniques de conservation et fonctions sociales dans l'histoire*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme / Université de Lille, 1978.

<sup>16</sup> MIRET i MESTRE, Josep - "Les sitges per emmagatzemar cereals. Algunes reflexions". *Revista d'Arqueologia de Ponent* 15 (2005), pp. 319-332; MIRET i MESTRE, Josep - "Sitja, fossa, conservació de cereals, agricultura, etnografia, tècnica d'excavació". *Cypsela* 16 (2006), pp. 213-225; PEÑA CHOCARRO, Leonor et alii - "Técnicas de almacenamiento de alimentos en el mundo rural tradicional: experiencias desde la etnografía". in VIGIL-ESCALERA, Alfonso; BIANCHI, Giovanna; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (eds.) - *Horrea, barns and silos. Storage and incomes in Early Medieval Europe. Documentos de Arqueología Medieval* 5. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2013, pp. 209-208.

<sup>17</sup> MONTORO i MALTAS, Joan - "El almacenaje doméstico de grano en la Catalunya de la primera mitad del siglo XIV". in ARCHETTI, Gabriele (ed.) - *La civiltà del pane. Storia, tecniche e simboli dal Mediterraneo all'Atlantico*. Milán: Fondazione Centro italiano di studi sull'alto medioevo, 2015, pp. 131-145, p. 138.

<sup>18</sup> MIRET i MESTRE, Josep - "Les sitges per emmagatzemar cereals...", p. 323.

fungos, insetos e outras ameaças biológicas para a colheita. Esta situação é reforçada mediante o controlo ideal da humidade<sup>19</sup> no grão e das temperaturas no silo por debaixo de 14 % e 15° C, respetivamente<sup>20</sup>.

O mais habitual é que, após uma boa colheita, seja armazenado nos silos aquele cereal (produto não processado) que não vai ser consumido no prazo de um ano, com o objetivo de o preservar ou de o vender. A forte dependência dos cereais como base da alimentação, e a elevada irregularidade da produção agrícola por causa do clima, das pragas ou do comportamento humano, tornou (e torna) prioritária a conservação dos excedentes, tendo em mente a possibilidade de escassez e carestia. O armazenamento do cereal permitiria assim a sua disponibilidade adiada, para consumo humano ou animal, mediante a abertura periódica do silo à medida que era necessário ou numa única abertura - mais habitual pela melhor garantia de conservação do produto - para a sua distribuição, processamento ou venda. Ainda que fosse possível utilizar esse grão para a sementeira, são várias as fontes agronómicas de diferentes momentos históricos que o desaconselham<sup>21</sup>. O principal problema é a redução da (teórica) taxa de germinação do cereal se a temperatura e, sobretudo, a humidade do grão não foram estáveis, por debaixo de 15° C e < 16 %<sup>22</sup>, ainda que as circunstâncias e os modelos de conservação em estudos experimentais ofereçam uma ampla variabilidade<sup>23</sup>. São conhecidos vários casos de conservação prolongada do cereal neste tipo de estruturas<sup>24</sup>, não obstante, o habitual era que esta não se prolongasse por mais de dois a quatro anos, em parte pelas próprias condições

<sup>19</sup> Em determinados ambientes mais húmidos, será sempre necessária a secagem prévia do cereal para conseguir baixar os níveis de humidade uma vez depositado nos silos.

<sup>20</sup> MIRET i MESTRE, Josep - *Sistemes tradicionals de conservació dels aliments en fosses y sitges. Un enfocament multidisciplinar*. [Em linha / Online] 2009 [Consultado a 20 de novembro 2020] (8) (PDF) *Fosses, sitges i altres coses. Catàleg d'estructures prehistòriques d'Europa (2ª edició revisada) / Pits, silos and other aspects. A catalogue of prehistoric features in Europe* | Josep Miret - Academia.edu, pp. 132-135; BOURROUILH, Antoine; SAOUT, Camille - *Grain storage in underground pit under oceanic climate or oceanic climate with continental influences. Questioning the practice through experimentation. Reassessing a common problematic of West-European archaeology*. [Em linha / Online] 2016 [Consultado a 20 de novembro 2020] (PDF) *Grain storage in underground pit under oceanic climate or oceanic climate with continental influences. Questioning the practice through experimentation. Reassessing a common problematic of West-European archaeology* | Antoine Bourrouilh - Academia.edu.

<sup>21</sup> MIRET i MESTRE, Josep - “Les sitges per emmagatzemar cereals...”, p. 322.

<sup>22</sup> REYNOLDS Peter John - “A general report of underground grain storage experiments at the Butser Ancient Farm Research Project”, in GAST, Marceau; SIGAUT, François (eds.) - *Les techniques de conservation des grains à long terme. Leur rôle dans la dynamique des systèmes de cultures et des sociétés*. Vol. 1. Paris: Editions du Centre national de la recherche scientifique, 1978, pp. 70-88; MIRET i MESTRE, Josep - *Sistemes tradicionals de conservació...* p.135.

<sup>23</sup> OLLICH, Imma *et alii* - “Experimental Archaeology at L’Esquerda. Crops, Storage, Metalcraft and Earthworks in Mediaeval and Ancient Times”. in OLLICH, Imma (ed.) - *Archaeology, New Approaches in Theory and Techniques*. Rijeka (Croatia): IntechOpen, 2012, pp. 205-228, pp. 214-216; BOURROUILH, Antoine; SAOUT, Camille - *Grain storage in underground pit under...*

<sup>24</sup> MIRET i MESTRE, Josep - “Les sitges per emmagatzemar cereals...”, p. 234; DANDRIA, David - “Il-Fosos – Underground Grain Storage in the Maltese islands”. *Treasures of Malta* 48 (2010), pp. 47-54, p. 50.



de conservação, em parte pelos habituais ciclos de boas / más colheitas<sup>25</sup>.

Do ponto de vista histórico devemos considerar a interpretação social deste tipo de estruturas de acordo com o contexto no qual foram construídas e utilizadas: a sua cronologia, a sua localização numa área rural ou urbana, a sua organização espacial (número de silos num conjunto) e a eventual relação com outras estruturas, nomeadamente as produtivas (v. gr. moinhos, fornos, lagares, eiras, celeiros) ou domésticas. Para os períodos medieval e moderno devemos considerar duas distinções principais no que diz respeito à distribuição espacial e à consequente análise destas estruturas. Por um lado, os grupos concentrados ou os chamados *campos de silos*, manifestação de uma centralização e acumulação de excedentes de produção<sup>26</sup>, por vezes vinculados a edifícios de poder, sejam religiosos ou político-militares, o que pode implicar pagamento e acumulação de rendas<sup>27</sup>; e, por outra parte, os silos identificados no interior de espaços habitacionais, que refletem uma acumulação de excedentes ao nível das unidades domésticas. Centrar-nos-emos aqui no segundo caso, pois os exemplares identificados na área urbana de Castelo de Vide correspondem quase todos a este fenómeno.

## 2. Os silos no registo arqueológico

As motivações para escavar um silo dentro de casa estariam vinculadas com as vantagens inerentes a este sistema de armazenamento. Por uma parte, a presença de silos no interior de espaços habitacionais reflete a agência dos seus proprietários, por um lado, na medida em que têm possibilidade de escavar estas estruturas, mas também de adquirir/acumular excedentes. Estas acumulações poderiam corresponder a uma aquisição de grandes quantidades de produto num momento em que este se encontrava a um preço mais favorável, precavendo-se face a futuras possíveis inflações nos preços, e oferecendo ao mesmo tempo uma proteção em possíveis

<sup>25</sup> Um recente estudo sobre as colheitas de diversas granjas na Extremadura espanhola ao longo do século XVIII reflete uma média de crises (definidas pelos autores aquando uma descida > 25 % da produção de um ano em uma granja dada em relação à média do intervalo 1700-1774) cada 3 ou 4 anos, especialmente intensas e mais frequentes na primeira metade do século, com períodos verdadeiramente graves entre 1706-1715 e 1733-1740 (LLOPIS, Enrique *et alii* - “The severity of wheat yield crises on eight Spanish farms, 1700-1774”. *Historia Agraria* 82 (2020), pp. 33-66).

<sup>26</sup> MARTINS, Andrea *et alii* - “Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes”. *Revista portuguesa de arqueologia* 13 (2010), pp. 145-165; CAESSA, Ana; MOTA, Nuno - “Redescobrimo a história de Carnide....

<sup>27</sup> ROIG BUXÓ, Jordi - “Silos, poblados e iglesias: almacenaje y rentas en época visigoda y altomedieval en Cataluña (siglos VI al XI)”. in VIGIL-ESCALERA, Alfonso; BIANCHI, Giovanna; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio - *Horrea, barns and silos. Storage ...*, 2013, pp. 145-170, pp. 161-167; ALFARO SUESCUN, Egoitz *et alii* - “Iglesias, rentas y sistemas de almacenamiento en el País Vasco durante los siglos X y XI d. C.: el testimonio arqueológico de San Martín de Dulantzi (Alegría-Dulantzi, Álava)”. *Archivo Español de Arqueología* 90 (2017), pp. 247-270.



momentos de escassez<sup>28</sup>. Estas motivações fazem especial sentido nos meios urbanos, por vezes afastados das áreas produtivas, considerando o irregular abastecimento de vilas e cidades<sup>29</sup>. Seria importante compreender se estas armazenagens especulativas respondem só a grupos de comerciantes, banqueiros ou, inclusive, poderes locais, ou se os próprios produtores ou as famílias possuem essa capacidade<sup>30</sup>. Por outra parte, ao serem subterrâneos, os silos oferecem uma área de armazenamento ampla sem praticamente ocupar espaço útil ao nível do piso de circulação. Ao criar estes lugares de armazenamento no interior dos espaços habitacionais, garantia-se também um controlo direto dos mantimentos, que ficavam desta forma mais facilmente protegidos de roubos, mas também de incêndios e pragas, conforme referimos anteriormente.

Se as razões para a utilização de silos em contexto doméstico são fáceis de elencar, os motivos por detrás do posterior abandono destas estruturas nem sempre são tão claros. Uma possível explicação seria a ocorrência de falhas ao nível estrutural do silo, como cedência nas paredes ou a presença de infiltrações, que fizessem com que este deixasse de reunir as condições necessárias à conservação de alimentos. Esta pode ser uma explicação possível para a existência de unidades domésticas nas quais se documentam vários silos e também para a identificação de sequências construtivas entre estas estruturas, que sugerem que estas não seriam escavadas simultaneamente, mas sim de forma sequencial. Outra possibilidade para o abandono dos silos refletiria uma alteração na capacidade económica da unidade doméstica, que deixa de poder levar a cabo esta acumulação de excedentes e/ou de realizar o investimento que implica a escavação e manutenção dos silos, tornando-se assim em estruturas obsoletas. A própria evolução histórica do espaço de fronteira - no qual Castelo de Vide se insere - ao longo dos séculos, com uma maior estabilidade nos mercados, o aumento na produção cerealífera, a presença de silos ou celeiros públicos e a maior garantia de distribuição nos espaços urbanos, tornará desnecessárias estas acumulações de produto a nível particular.

<sup>28</sup> MONTORO i MALTAS, Joan - “El almacenaje doméstico de grano...”, pp. 131, 136-137.

<sup>29</sup> ROSA, Sérgio - *Os Silos Medievais de Almada. Morfologia e dinâmicas de utilização*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019. Dissertação de Mestrado.

<sup>30</sup> SIGAUT, François - *Les réserves de grains a long terme...*, pp. 34 e ss.

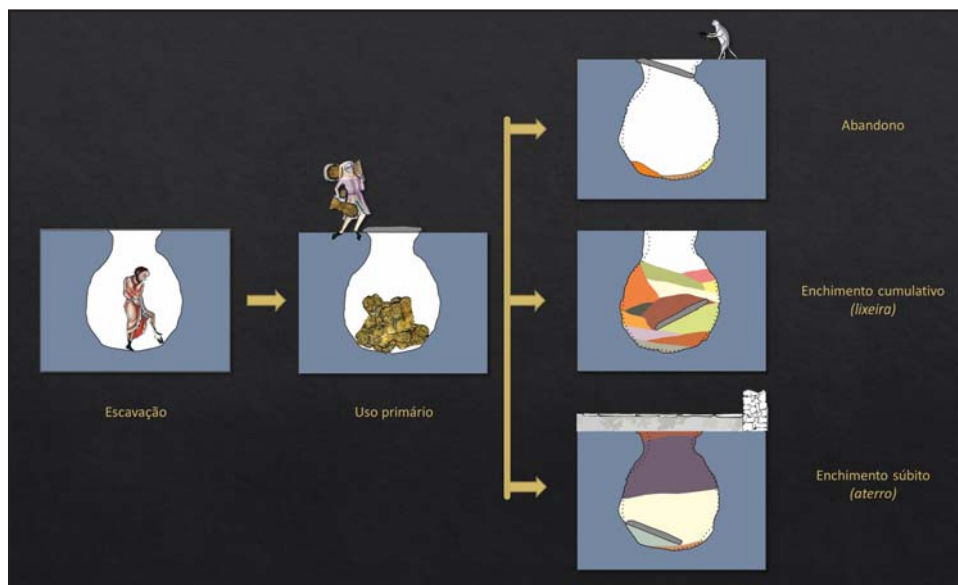


Fig. 1 - Esquema da *vida* de um silo

Qual seria então o destino dos silos quando deixavam de ser utilizados como estruturas de armazenamento? O uso secundário que mais frequentemente se documenta no registo arqueológico é a sua reutilização como depósito de descarte, uma colmatação que podia ser feita de forma sequencial (enchimento lento), abrupta (enchimento rápido) ou uma combinação de ambas, com diferentes fases de uso como lixeira/aterro e abandono. Quando um silo é identificado e escavado arqueologicamente o que normalmente se documenta é este momento de contexto secundário, os depósitos de colmatação, uma vez que a estrutura foi já abandonada da sua função original. Por este motivo, as datações que se possam obter dos níveis sobrepostos aos silos ou do espólio contido no seu interior irá datar apenas a reutilização da estrutura (numa fase única ou em várias) e não o silo em si. Os materiais identificados no fundo dos silos serão aqueles depositados em primeiro lugar, sendo possível reconstruir a sequência de enchimento a partir da ordem inversa de escavação dos estratos. A identificação de elementos datantes no estrato inferior permitirá - de forma geral - estabelecer um limite *ante quem* para a desativação da estrutura de armazenamento. Ainda assim, devemos considerar que o silo poderá ter estado vazio ou abandonado por tempo indeterminado até ser entulhado; de facto, ainda que pouco frequentes, documentam-se também silos completamente vazios (em Castelo de Vide, por exemplo, os dois silos conhecidos no edifício nº 4 da Rua Miguel Bombarda). E temos sempre que ter em conta que a antiguidade dos elementos materiais identificados pode não definir a sua posição estratigráfica:

em casos de utilização dos silos como lixeira acumulativa é de esperar que sim, mas em processos de enchimento rápido podem ser despejadas terras, depósitos e materiais de procedências diversas não vinculados cronologicamente com a vida dos silos ou que revelem uma estratigrafia invertida<sup>31</sup>. Nestes casos poderá dar-se até a eventualidade de serem depositados elementos de cultura material cronologicamente anteriores à desativação do silo.

Mediante o exposto, ao analisar estas estruturas arqueologicamente, os elementos datantes identificados nos níveis de colmatação devem ser ponderados cautelosamente e a datação das estruturas de armazenamento deverá associar-se primeiramente à sequência construtiva dos edificadas dentro da própria evolução do traçado urbano.

### 3. Castelo de Vide na Idade Média e na Época Moderna: evolução urbana

Não são claras as origens do povoamento no local onde, na Idade Média, acabou por desenvolver-se Castelo de Vide. A primeira menção a esta área encontramos-na na conhecida como *Doação de Guidimtesta*, efetuada pelo rei D. Sancho I a favor da Ordem do Hospital em 1194 com o intuito de organizar o controlo efetivo do território ao sul do Tejo. Neste documento menciona-se *Vitem* (Vide) como um dos marcadores geográficos do território doado, circunstância que se repete em 1214 com a *Doação (da Herdade) da Cardosa* por parte de D. Afonso II<sup>32</sup>. Não é evidente se já existe uma povoação no alto, ou se estas delimitações referem só espaços físicos reconhecíveis como são os cursos de água (ribeira de Vide?) ou acidentes naturais como o *rostrum* da Merlizza (zona da Melriça? ao pé da Serra de São Paulo ou da Serra de Castelo de Vide). A primeira referência documental à vila aparece indiretamente no foral da vila de Tonhe (?) de 1233 (localidade hoje ainda não identificada), cujo preâmbulo menciona a carta de foro de *castello de Vide*, situação que, a confirmar-se a originalidade deste foral, implicaria que já existia uma população com entidade suficiente para ter necessidade de foral (numa data similar à do primeiro documento delimitador do termo de Marvão de 1226) e que contava com um enclave fortificado<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> Tomando como exemplo o caso de enchimento de um silo com terras de um quintal existente na unidade familiar, os primeiros níveis no fundo do silo serão os níveis mais à superfície no quintal, enchendo-se a medida que se escava o quintal, com o resultado de que os materiais mais antigos na estratigrafia original do quintal aparecerão mais acima nos depósitos do silo.

<sup>32</sup> CID, Pedro - *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*. Lisboa: IPPAR, 2005, pp. 20-23; COSTA, Paula Pinto; BARROCA, Mário Jorge - "A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194". in FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) - *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / GEsOs, 2000, pp. 679-714.

<sup>33</sup> CID, Pedro - *As Fortificações Medievais...*, p. 26.

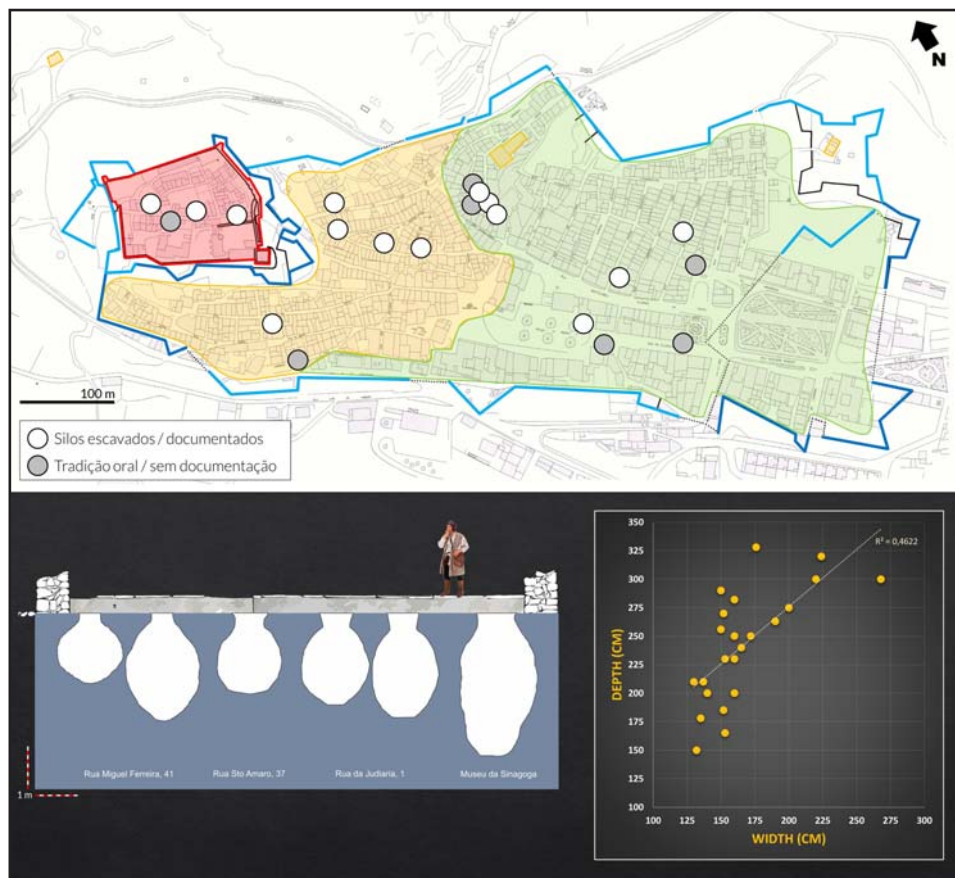
Posteriormente, já em 1273, no reinado de D. Afonso III, a vila foi confiada a seu filho, o infante D. Afonso, igualmente senhor de Portalegre, Arronches e de Marvão. As décadas finais do século XIII foram de certa tensão, uma vez que D. Dinis tentou, por várias vezes, retirar o controlo destas vilas a seu irmão. Em 1279, D. Afonso contestou o direito de D. Dinis em ocupar o trono e reforçou as defesas da localidade, mostrando a importância estratégica de Vide. No ano de 1281, D. Dinis cercou a vila - provavelmente ainda circunscrita ao castelo e burgo medieval - e, um ano depois, o infante comprometia-se a derrubar todas as fortificações que havia empreendido<sup>34</sup>. Antes de findar o século, D. Dinis conseguiu apoderar-se da vila e reintegrá-la no património régio. Terá sido a partir da segunda década do século XIV que se procedeu à segunda fase de obras no castelo e na muralha, atestada por uma inscrição anexa ao portal oriental da Rua Direita, que comemora a conclusão dos trabalhos em 1327, reinando já D. Afonso IV. Ao longo deste século e até princípios do século XVI, a povoação vai crescendo, construindo-se novos edifícios articulados em ruas estreitas que se desenvolvem a este e sul do castelo, em ambas vertentes do promontório onde se localiza a vila. É também nesta fase de crescimento que surgem as primeiras igrejas extramuros: Santa Maria, Santo Amaro, São João, Santiago e São Roque.

O seguinte grande momento de desenvolvimento da vila terá lugar durante as Guerras da Restauração, na segunda metade do século XVII, quando começa a construção da fortificação abaluartada que a rodeia, com base nos projetos a cargo dos engenheiros militares Nicolau de Langres e João Pascácio Cosmander<sup>35</sup>. Estes trabalhos serão retomados pelo governador militar Azevedo Fortes após o cerco à vila pelas tropas espanholas de Filipe V (1704), dotando a localidade do aspeto murado que apresentará sem grandes mudanças até à segunda metade do século XIX, quando são feitas as obras de demolição das portas e das cortinas dos baluartes a este e sul, para facilitar a construção das estradas para Marvão e Portalegre. Cabe lembrar que, pelo Alvará de 27 de setembro de 1805, Castelo de Vide deixou de ser considerada Praça de Guerra, primeiro passo para a transferência em 1823 do Regimento de Infantaria nº 8 para Estremoz e, finalmente, Elvas.

---

<sup>34</sup> BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2000, p. 1522.

<sup>35</sup> BUCHO, Domingos - *Fortificações de Castelo de Vide. História. Arquitectura e Restauro*. Setúbal: Região de Turismo de São Mamede, 2005, pp. 38-40.



**Fig. 2 -** (acima) Planta atual de Castelo de Vide, com delimitação simplificada do desenvolvimento urbano e locais com existência de silos (círculo branco: registados / escavados; círculo cinzento: informação oral). Fases: vermelho > núcleo original do Castelo e o burgo intramuros (sécs. XIII-XIV); amarelo > vila baixo-medieval; verde: expansão sécs. XVI-XVIII. Linhas azuis: muros conservados dos baluartes de época moderna.  
(abaixo esquerda) Esquema da forma e tamanho de alguns dos silos escavados em Castelo de Vide.  
(abaixo direita) Gráfico de dispersão da largura e profundidade máximas dos silos com informação completa de Castelo de Vide

Portanto, e de maneira sucinta, podemos assinalar três grandes fases no desenvolvimento urbano de Castelo de Vide<sup>36</sup>. Independentemente de se a estruturação da vila acontece em finais do séc. XII / inícios do séc. XIII ou já bem

<sup>36</sup> Para uma análise mais aprofundada podem consultar-se os trabalhos de TRINDADE, Diamantino Sanches - *Castelo de Vide. Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*. Lisboa: Assembleia Distrital de Portalegre, 1979; JORGE, Ana Rita Santos - *The old 'Burgo' of Castelo de Vide – Portugal Safeguard and Conservation*. Leuven: University, 1992. Thesis of 2nd year, Course of conservation of Historic Towns and Buildings; BICHO, Susana - *A Judiaria de Castelo de Vide. Contributos para o seu Estudo na óptica da Conservação do Património Urbano*. Évora: Universidade de Évora, 1999. Tese de Mestrado; CID, Pedro - *As Fortificações Medievais...*

entrado este, a primeira etapa abrange o espaço ocupado pelo castelo e o chamado burgo medieval, no morro ocidental da serra. O crescimento articulado em torno aos eixos viários longitudinais (O-E) nas encostas norte e sul, limitação imposta pela topografia, durante a Baixa Idade Média e até às primeiras décadas do século XVI, supõe a segunda fase. O rápido crescimento populacional determinou a ocupação de novos espaços, o deslocamento do centro de poder civil e religioso desde o cimo do castelo até ao espaço dos atuais Paços do Concelho e Igreja Matriz<sup>37</sup>, em torno ao Rossio (atual Praça D. Pedro V), a malha de ruas transversais (N-S), o estabelecimento de algumas grandes casas e paços urbanos e a definição dos limites urbanos conferida pelos baluartes modernos constituem a terceira etapa, vigente até finais do século XIX. Uma última fase, já fora do intervalo cronológico deste artigo, abarcaria as demolições nos panos da fortaleza, a construção dos novos bairros extramuros na encosta sul, a emersão de numerosas quintas e vivendas na área a NE da vila e a criação de espaços abertos (jardins, parques e recintos desportivos), operações urbanísticas levadas a cabo fundamentalmente no século XX. Este processo de crescimento em novas áreas extramuros, mais abertas e com mais espaço útil e outras condições de habitabilidade, evitaram em grande medida a desfiguração dos quarteirões que definem o traçado urbano estabelecido nas etapas prévias na vila.

#### 4. Os silos de Castelo de Vide

Durante as últimas quatro décadas de serviço ativo da SACMCV e de outros trabalhos de arqueólogos e empresas de arqueologia, foi possível documentar em Castelo de Vide a existência de silos numa vintena de lugares, somando, pelo menos 56 exemplares. Destes, 41 foram alvo de escavação arqueológica ou, pelo menos, de registo gráfico. Para os restantes 15 sabemos da sua existência graças a informações orais, mas na sua maioria não foram atestados *in situ*.

A maioria das vezes aparecem em grupos de 2 ou 3 casos, ainda que também existam exceções destacadas como a casa do Museu-Sinagoga onde se documentaram e escavaram até 10 silos. O registo e intervenções arqueológicas destas estruturas foi motivado, fundamentalmente, pelos projetos de recuperação de edifícios e espaços públicos levados a cabo pela Câmara Municipal e, em menor medida, pelo interesse e preocupação de alguns empreiteiros e trabalhadores em obras de reforma particulares ou de vizinhos que recordavam e informavam da existência de elementos similares

<sup>37</sup> A atual Igreja Matriz de Santa Maria da Devesa foi construída na primeira metade do século XIX, após a demolição - por causa do seu avançado estado de deterioro - da primitiva igreja de Santa Maria, cuja origem se pode situar provavelmente em finais do século XIII, e que estaria localizada aproximadamente no mesmo espaço que ocupa a atual (CARVALHO, Rosário Salema de - *Igreja Matriz de Castelo de Vide de Santa Maria da Devesa*. Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide / AINA, 2006, pp. 14-16).

nas suas casas ou noutros espaços anexos. Tendo em conta a dispersão generalizada de locais com silos por todo o espaço intramuros, assim como o seu elevado número, cabe pensar na conservação mediante estruturas subterrâneas como uma prática generalizada no passado castelo-vidense, com especial significância na baixa Idade Média e, sobretudo, nos primeiros séculos da Idade Moderna. Não obstante, é assinalável que, apesar das numerosas intervenções de recuperação e transformação de espaços no centro histórico levadas a cabo na última década, especialmente acentuadas a partir de 2015 após a recuperação da última grande crise financeira, o número conhecido de locais com silos permanece inalterado.

A quase totalidade dos silos conhecidos em Castelo de Vide foi documentada no subsolo de casas edificadas ou nos quintais a elas associados, espaços que no passado puderam também funcionar como pátio ou ter adquirido essa função depois de ser demolido um edifício pré-existente. Existe a notável exceção dos silos identificados na atual Praça D. Pedro V, num espaço aberto, público, que, independentemente das modificações urbanas ao longo dos séculos, parece que funcionou sempre como rossio desde que se produziu a deslocação do centro de poder pleno-medieval desde o alto da colina do castelo para o eixo vertebral da Igreja Matriz e dos Paços do Concelho, no início da Idade Moderna. Face ao provável uso privado, particular, dos silos documentados em edifícios do centro histórico, cabe considerar se estes silos, tão próximos de dois símbolos como a principal igreja da vila e o novo edifício da Câmara e com uma distribuição espacial organizada, estariam vinculados a algum destes. Existem algumas outras referências a silos no exterior de edifícios, como são os da Rua Olivença (dois casos separados) ou na Rua Direita do Castelo (junto ao convento, informação oral, número indeterminado), mas são algumas exceções à norma. O caso dos 7 silos da Rua do Postigo escavados pela SACMCV em 1993, ainda que nesse momento correspondessem a um espaço exterior no edifício, supõe-se, dada a sua posição topográfica na esquina de um quarteirão no traçado urbano do burgo medieval e a sua própria agrupação espacial, que originalmente também estariam no interior de uma área construída.

Este vínculo entre as estruturas de armazenamento e os edifícios particulares nas diferentes fases da expansão urbana denotam, à falta de uma revisão exaustiva dos materiais que permitam uma maior precisão nas datações de uso e amortização, um uso continuado no tempo dos silos como espaços de conservação alimentar face às necessidades privadas.

Tal como avançámos previamente, ainda que a sua presença em espaços urbanos ocupados na época medieval e a existência de alguns materiais nos primeiros níveis de reutilização como lixeira - especialmente numismas e cerâmicas - permitam supor uma origem, pelo menos para uma parte deles, na baixa Idade Média, os dados analisados até ao momento levam-nos a considerar o seu uso (primário e secundário)



fundamentalmente a partir do século XVI. A sua inquestionável presença em espaços edificados, *grosso modo*, no século XVII ou mesmo no XVIII, permite supor uma utilização relativamente tardia de alguns destes sistemas de armazenamento. Essa cronologia estaria em consonância com o quadro de forte instabilidade que esta zona fronteiriça teve até à segunda década do século XIX, com numerosos confrontos bélicos que a afetaram de maneira direta ou indireta durante diferentes momentos das guerras de Restauração (1640-1668), Sucessão espanhola (1701-1714), dos Sete Anos (1756-1763), das Laranjas (1801) ou a Guerra Peninsular (1807-1813), entre outros. A estes cenários de guerra frequente entre meados do século XVII e princípios do XIX, ou as cíclicas epidemias e instabilidades climáticas (secas, geadas, chuvadas) que provocavam más colheitas, cabe acrescentar a - em geral - baixa qualidade do uso do solo para o cultivo de cereais. Ainda que existam algumas áreas do território concelhio que serviram para o cultivo extensivo de cereal com bom aproveitamento em diferentes etapas históricas, o certo é que uma grande parte do território oferece baixa aptidão agrícola, com extensos barrocais e escassa potência de solo, que promovem um aproveitamento ocasional para o cultivo de centeio ou milho, assim como o mais habitual uso para pasto. São vários os documentos que mencionam a necessidade de comprar trigo (e em menor medida, cevada) nas localidades vizinhas, ou mesmo em Espanha quando os períodos de paz assim o permitiam, face à sua notável escassez para o abastecimento tanto da população local como das tropas aquarteladas<sup>38</sup>.

Todas estas circunstâncias poderão ter influenciado em maior ou menor medida a adoção dos silos como estruturas de armazenamento de grande capacidade, uma forte preocupação pela acumulação de cereais que revela a cautela de uma povoação habituada à escassez e à insegurança no abastecimento.

---

<sup>38</sup> VICENTE, António Pedro - *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*. Vol. II. 1803-1806. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1972, p. 66.



**Fig. 3** - (1) Silos amortizados e superpostos na Rua do Postigo (burgo medieval, 2001); (2) silos organizados, no interior de uma vivenda (Rua Miguel Ferreira, 1988) [Fotografias: SACMCV]; (3) silos organizados, espaço público (Praça D. Pedro V, 2001) [Fotografia: João Magusto]

Para a análise morfotipológica dos silos de Castelo de Vide, é importante referir duas questões prévias: parte deles não foi escavada arqueologicamente na sua totalidade (devido ao seu mau estado de conservação ou por questões de segurança) e de alguns apenas se registou a sua localização (por não serem afetados pelas obras de remodelação dos imóveis). Do mesmo modo, os silos documentados costumam apresentar a parte superior destruída ou alterada, por vezes apenas na boca, em alguns casos chegando mesmo ao meio da estrutura. Esta circunstância é habitual na evolução urbana pelos processos de adaptação, esvaziamento e nivelção do terreno (tanto interior como exterior), e/ou pela substituição dos pavimentos.

O grau de dificuldade associado à abertura de um silo via-se primeiramente condicionada pelas características geológicas da crista onde se situa Castelo de Vide, caracterizada pelo contacto entre o xisto e o granito. Documentam-se silos escavados nestes dois tipos de rochas, mas também no arenito e em argilas, o que revela a importância dada a este tipo de estruturas em contexto doméstico independentemente da melhor ou pior aptidão do substrato para a sua escavação e conservação.

Por via de regra, os silos documentados apresentam uma morfologia do tipo *fundo de saco*, com bocas circulares, pescoço estreito, alargando-se significativamente

a meia altura e com fundos planos ou hemisféricos.

Para proceder ao fecho da boca eram utilizadas lajes pétreas de forma subcircular. Nos poucos casos em que o tramo superior dos silos não foi afetado por reformas posteriores, foram identificados vestígios de rebordos sobrelevados, elaborados com pequenos blocos de pedra, que facilitaria a abertura e fecho do silo, minimizando o seu desgaste e protegendo de eventuais infiltrações desde o pavimento.

Merece menção a existência de 8 silos em diferentes pontos da vila que preservam (normalmente no seu fundo) vestígios de um revestimento feito com lâminas de cortiça e os negativos dos pregos ou tachas, talvez fabricados em ferro ou madeira, utilizados na sua fixação (claramente visíveis nas paredes do silo e normalmente com secção triangular) (**Fig. 4.3 e 4.4**). Este revestimento teria como objetivo o isolamento contra a humidade e a estabilização da temperatura no interior da estrutura de armazenamento. Nos casos onde este revestimento não se documentou, pode supor-se a utilização de diferentes camadas de palha para proteger o cereal das infiltrações parietais, medida habitual nos casos documentados etnograficamente<sup>39</sup>.

Dos silos documentados na área urbana de Castelo de Vide, 23 exemplares apresentavam um bom estado de conservação no momento da sua identificação, tendo permitido a realização de registos gráficos rigorosos e o cálculo das suas dimensões. Analisando estes dados (**Fig. 2**), é possível determinar que apresentam uma largura máxima média de 166 cm e uma profundidade média de 242 cm. Nos casos em que se conservavam em bom estado, as bocas dos silos apresentam diâmetros entre os 50 e os 60 cm. Para o cálculo do volume selecionámos um silo de dimensões médias, o silo 2 do edifício nº 1 da Rua da Judiaria, que apresenta 160 cm de largura máxima e 230 cm de profundidade. O volume foi calculado mediante a elaboração de um modelo tridimensional - utilizando o software de modelagem Blender (v. 2.79) - a partir do desenho técnico do corte do silo, tendo-se estimado que a sua capacidade máxima seria de 3140 litros, cifra que pode servir de referência aproximada para o volume médio dos silos da vila.

A análise preliminar dos materiais recuperados do seu interior e dos dados de escavação incluídos nos documentos de campo e relatórios técnicos sugere que a maior parte destes silos foi alvo de processos de enchimento súbito que serão coerentes com novos momentos de utilização e reforma dos espaços habitacionais. Nesse sentido, a decisão de entulhar estas estruturas de armazenamento desativadas teria como objetivo fundamental evitar instabilidades estruturais que pudessem resultar do desabamento destes espaços vazios no piso térreo das habitações. O facto

<sup>39</sup> MIRET i MESTRE, Josep - “Les sitges per emmagatzemar cereals...”, pp. 325-326.

de serem frequentemente documentadas no seu interior camadas de materiais de construção - como cerâmicas de cobertura, tijolos e tijoleiras, pedras, argamassas, estuques, etc. - indica que estes processos de colmatação podiam realizar-se durante reformas (parciais ou totais) das estruturas habitacionais, aproveitando-se os espaços vazios dos antigos silos como local para verter estes restos de obra.

Por sua vez, a presença de materiais de uso quotidiano, como louça doméstica, peças de metal, vidro ou osso, parece refletir a utilização de terras de despejo nestes processos de colmatação, que poderiam resultar de depósitos de resíduos próximos (como quintais ou edifícios devolutos) ou ser trazidas das áreas de despejo extramuros da vila<sup>40</sup>.

Há alguns casos concretos em que a presença de sucessivas camadas de terras de composição e coloração variada, cinzas, ossos de animais, madeiras, vasilhas fragmentadas, mas também peças praticamente completas, permitem vislumbrar processos cumulativos de despejos domésticos. Mas o certo é que boa parte das vezes os níveis de enchimento dos silos sugerem processos de enchimento bruscos, seja pelas reformas do entorno, seja pela incorporação de terras externas para a sua colmatação. A habitual presença de fragmentos de uma mesma peça cerâmica repartidos por diferentes silos aponta nesta direção: num momento determinado, estando o silo (ou núcleo de silos) desativado, decide-se preenchê-lo para evitar o seu colapso recorrendo para isso a um importante volume de terras e outros materiais. Para este efeito, o mais simples, menos custoso e mais facilmente disponível, seria o conjunto de terras e despejos acumulados nas ladeiras e imediações da vila, sem descartar, claro está, o possível aproveitamento de terras de parcelas próximas, bem como os entulhos resultantes de melhoramentos nos edifícios anexos ou reformas de divisões e/ou quintais do próprio edifício. Estas circunstâncias traduzem-se na composição desses níveis de enchimento, especialmente nessas peças repartidas por vários silos, mas também numa certa coerência na cronologia dos materiais depositados. Ainda que haja algumas exceções que poderiam indicar um enchimento paulatino do silo (agora convertido em lixeira), ou o seu uso pontual para o descarte de alguns objetos, o certo é que no geral se observa a presença de materiais enquadráveis num mesmo intervalo histórico que, além disso, se acentua pela mistura de qualidades nos materiais, com a presença de peças de cerâmica fosca ou de uso comum a par com faianças e porcelanas importadas, mas também moedas, pederneiras de mosquete, contas e fragmentos de rosário, peças de azeviche e medalhas de cobre, botões de fardas militares, anéis... uma mistura que não caberia encontrar nos despejos comuns de uma única vivenda familiar. Outra questão que convém considerar é se esse provável depósito *primário* do qual se extraem os materiais de

<sup>40</sup> CÓRDOBA de la LLAVE, Ricardo - "Eliminación y reciclaje de residuos...", pp. 159-160.

enchimento corresponde a uma acumulação progressiva ou a um momento único. Resulta difícil defini-lo, e uma escavação de uma dessas zonas extramuros talvez ajudasse a caracterizar estes fenómenos, mas há casos em que o elevado número de peças completas (ou, pelo menos, não descartadas originalmente pela rotura) parece indicar um processo de limpeza geral. Se este foi o processo habitual, cabe a possibilidade de que a fragmentação e reparto de uma mesma peça por vários silos se produzisse durante a recolha e transporte destes escombros e níveis de enchimento. A casuística pode ser muito variada, como é lógico, mas por via de regra tudo parece indicar que os processos de descarte e reaproveitamento de materiais e terras são rápidos, não cumulativos.

Assim, a datação do momento de abandono do uso dos silos é difícil de determinar, devido à possibilidade da sua manutenção vazios, talvez esquecidos debaixo de um pavimento novo, à espera de uma reforma estrutural mais profunda no edifício. Mas para datar a sua colmatação, apesar das dificuldades que descrevemos anteriormente e embora existam em alguns casos materiais mais antigos, importa assinalar que em quase todos os silos escavados foi possível identificar vestígios de peças cerâmicas e/ou elementos metálicos, principalmente moedas e faianças, que ajudam situar - *post quem*- a sua desativação no decorrer do século XVIII.



**Fig. 4** - (1) Escavação de um dos vários silos do Museu-Sinagoga (Sala 4, 1987); (2) aspeto da boca de uma das estruturas de armazenagem localizadas no mesmo edifício (Sala 6, 2006); (3) e (4) pormenor das paredes com revestimento de cortiça e negativos de perfuração com pregos ou tachas (silos da Rua Miguel Bombarda). [Fotografias: SACMCV]



Em resumo, podemos indicar que a datação dos diferentes momentos de uso, reuso e abandono destas estruturas resulta, de momento, complexa, ainda que possamos identificar diferentes etapas que oferecem um marco explicativo geral para a sua utilização em Castelo de Vide. A combinação da análise arqueológica dos materiais recuperados e da própria evolução urbana da população, leva-nos a considerar que o uso dos silos como estruturas de armazenamento de excedentes agrícolas se deve iniciar provavelmente no século XV, passando por diferentes momentos de uso (com reparações, abertura de novas estruturas e colmatação ou amortização de outras) pelo menos até bem avançado o século XVII, abandonando-se progressivamente o seu uso ao longo do século XVIII ou até princípios do XIX, etapa em que se procede à colmatação definitiva de muitos deles à medida que se foram reformando os edifícios nos quais se encontram.

## 5. Rua da Judiaria n.º 1: um caso de estudo

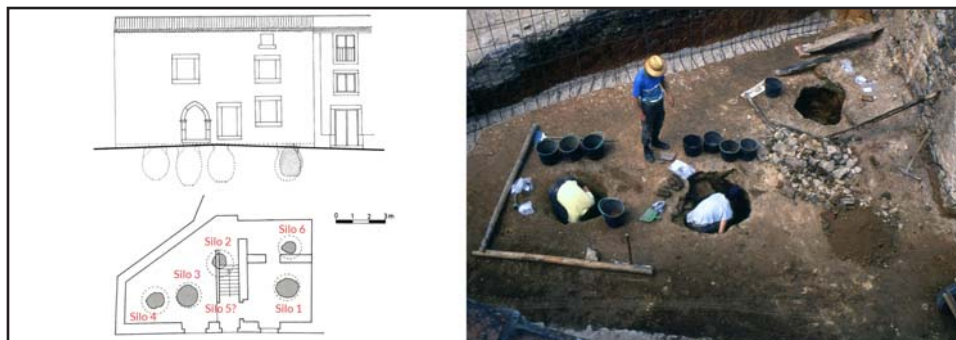
Centremo-nos agora no caso concreto dos silos identificados no edifício da Rua da Judiaria n.º 1, um imóvel situado no gaveto entre a Rua da Judiaria e a Rua do Mercado, uma das primeiras linhas de casas a ultrapassar as muralhas do burgo medieval, espaço provavelmente urbanizado durante a segunda metade do século XIV<sup>41</sup>.

Os trabalhos arqueológicos de escavação, efetuados pela SACMCV sob a direção científica de J. Oliveira, foram levados a cabo em abril de 1991 aquando da compra e restauro do edifício, parcialmente em ruína, por parte da Câmara Municipal e tiveram a duração de 10 dias<sup>42</sup>. O edifício foi demolido praticamente na sua totalidade, construindo-se o novo edificado com materiais modernos sobre a planta do edificado prévio, mantendo tanto a superfície como a altura do pré-existente. Os membros da SACMCV já tinham conhecimento da existência de um dos silos (n.º 1), circunstância que motivou a intervenção arqueológica, descobrindo-se as restantes estruturas durante os trabalhos de recuperação do edifício: três das estruturas (n.ºs 2 a 4) localizaram-se no espaço triangular que forma o cruzamento das duas ruas mencionadas; os outros dois silos (n.ºs 5 e 6) foram identificados numa segunda fase, aquando da abertura de diferentes alicerces. O silo n.º 5 foi escavado apenas parcialmente pelas circunstâncias dos trabalhos de construção em curso, e conforme o diário de campo, apresentava “uma forma estranha”, questões que apresentaram dúvidas à equipa para a sua classificação como silo. Na nossa opinião,

<sup>41</sup> JORGE, Ana Rita Santos - *The old 'Burgo' of Castelo de Vide...*, p. 34.

<sup>42</sup> Os resultados desta intervenção foram apresentados e posteriormente publicados no *III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico* (CANÁRIO, Joaquim - “Casas de ontem e de hoje...”).

e pela descrição, contexto e os materiais recuperados, consideramos que pode ser também interpretado como silo. Dois destes silos (nº 2 e 5) encontravam-se na área debaixo do corpo das escadas que permitiam o aceso ao primeiro andar do edifício. Após a escavação destas estruturas de armazenamento, foram preenchidas com terra ficando *in situ* mas cobertas pelo novo pavimento.



**Fig. 5** - (esquerda) Alçado e planta, com indicação da localização e tamanho dos silos escavados no transcurso das obras de reabilitação do edifício da Rua da Judiaria nº 1; (direita) fotografia dos trabalhos de escavação, com alguns dos silos à vista. [Desenho: João Magusto (SACMCV); Fotografia: Augusto Rainho (CMCV)].

O espaço onde se localizava o silo nº 1, aquele que apresenta informação mais pormenorizada, apresentava seis camadas diferenciadas sobre a boca do silo. Destas, a primeira (tijoleira disposta em espinha de peixe) - a mais recente - e a quinta (calçada de pedra miúda) são diferentes pavimentos dos respetivos momentos de uso do espaço<sup>43</sup>, sendo o resto (terras, entulhos, barro) prováveis estratos de nivelção dos pisos prévios à colocação dos pavimentos. Neste primeiro silo, à medida que avançou a escavação, sucederam-se estratos diferenciados pela cor das terras, pela maior ou menor presença de carvões ou cinzas, pela densidade de fragmentos cerâmicos que os compõem ou pelo derrube parcial das próprias paredes da estrutura. Identificaram-se também três lajes em pedra que foram interpretadas como tampas de silo, documentando-se mais uma no silo nº 2 (com entre 50 e 70 cm de diâmetro). Além das cerâmicas, normalmente fragmentos variados de diferentes formas - mas também foram recuperados alguns recipientes praticamente completos, como uma bilha com sementes conservadas ainda no seu interior -, identificaram-se objetos diversos em metal (botões, moedas, alfinetes, fivelas, dedais, etc.), fragmentos de copos de vidro, assim como abundantes restos faunísticos, entulhos variados e numerosas pedras de

<sup>43</sup> Numa das fotografias documentais da escavação desta área parece existir ainda um segundo pavimento de tijoleira, pelo menos em parte do espaço, situado entre o superior e a calçada. Não está clara a relação estratigráfica entre esta e o silo, mais sim parece claro que aquando a construção do primeiro pavimento em tijoleira o silo já estaria desativado e preenchido.



pequeno e médio tamanho que podiam formar parte dos processos de limpeza dos entulhos ou de incorporações externas para o preenchimento rápido dos silos. A presença de diferentes fragmentos de cortiça de até 1 cm de espessura em alguns dos estratos e, sobretudo, a sua identificação no fundo do silo permitiram determinar a utilização deste revestimento para ajudar no isolamento do interior durante o uso primário da estrutura<sup>44</sup>. A composição dos enchimentos dos demais silos é bastante similar à documentada no silo nº 1, com alguns matizes pontuais, como a maior presença de escória de ferro e um grande nível de carvões no silo 4, o potente estrato de entulhos de obra (reboco, telhas) nos primeiros níveis do nº 2 ou os numerosos fragmentos de cachimbos do silo nº 3.

No inventário final de objetos identificáveis provenientes da escavação destes silos realizado pela SACMCV identificaram-se: 43 moedas (mais duas no pavimento do edifício; muitas delas ilegíveis pela corrosão, mas com uma ampla cronologia desde ceitis medievais - alguns perfurados - até reais modernos), 10 botões, 9 fivelas, 90 alfinetes, 5 agulhas, 12 dedais, 5 anéis e mais de 600 fragmentos indeterminados de objetos em ferro, muito deteriorados pela elevada humidade acumulada no interior do silo. Entre os elementos mais curiosos que também refletem o quotidiano encontra-se um selo alfandegário, algumas facas, um terço e uma medalha, um fuso em marfim, uma candeia em ferro, uma chave, uma bala de mosquete e vários fragmentos de sílex, seguramente pederneiras das chaves de faísca dos mosquetes, testemunho da forte presença militar na vila em época moderna. A partir dos numerosos fragmentos cerâmicos foi possível identificar praticamente todas as formas habituais nos serviços de mesa e cozinha do Portugal de época moderna (potes e panelas - formas globulares básicas na confeção de alimentos -, tachos, taças, pratos, jarros, tigelas, tampas, etc.), documentando-se recipientes de cerâmica comum, sem acabamentos ou com vidrados, assim como formas em faiança, com decoração pintada de padrões perimetrais, espirais, fitomorfos e elementos figurativos, destacando como é habitual a gama dos azuis e os contornos em manganês<sup>45</sup>. Em menor medida existem também alguns fragmentos de alguidar (apoio às atividades de cozinha ou nos processos de higiene) e de grandes recipientes contentores de líquidos (bilhas e talhas). Todas elas remetem para peças fabricadas e usadas ao longo do intervalo entre os séculos XVI e XVIII. Destacam-se ainda os fragmentos de um jarro (ou garrafa) bellarmino, cerâmica de fabricação renana na segunda metade do século XVI ou início do XVII, curioso lugar para uma peça destacada de importação entre um vasto conjunto de cerâmica utilitária, talvez trazida por algum dos exércitos holandeses ou ingleses acantonados na vila durante a Guerra da Sucessão espanhola (1704).

<sup>44</sup> Foram também identificadas porções de lâmina de cortiça nos silos nº 3 e 6.

<sup>45</sup> CASIMIRO, Tânia; BOAVIDA, Carlos; DETRY, Cleia - "Cozinhar e comer: cerâmicas e alimentação em Carnide (1550-1650)". in SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos *et alii* (eds.) - *Diz-me o que comes... Alimentação Antes e Depois da Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/ Direcção Municipal de Cultura/ Departamento de Património Cultural/ Centro de Arqueologia de Lisboa, 2017, pp. 110-121.



**Fig. 5** - (em cima) Parte dos recipientes (potes, panelas, taças, testos) de cerâmica comum recuperados nos diferentes silos do edifício nº 1 da Rua da Judiaria; (centro) elementos metálicos do mesmo edifício (moedas, botões, fivelas, dedais, selo alfandegário, alfinetes, prego), mas de tipologias e cronologias semelhantes aos conhecidos noutros silos de Castelo de Vide; (em abaixo) alguns dos pratos (e taça) de faiança azul e branca recuperados na escavação destes silos.  
[Fotografias: Fabián Cuesta-Gómez]

As características dos níveis de enchimento documentados, a par com a presença de peças cerâmicas praticamente inteiras, ou completas, mas fragmentadas (com os fragmentos repartidos entre vários silos), levam-nos a pensar em processos de limpeza generalizados e grandes reformas de vivendas, mais do que num uso secundário e persistente dos silos como lixeiras. Parece que nos encontramos perante a necessidade de evitar a fragilidade estrutural que provocam os silos escavados no subsolo e, antes das reformas do edifício, são entulhados até a boca com o espólio doméstico e/ou com materiais de aterros periurbanos. O facto de existir pelo menos um pavimento por cima dos silos mais interiores, além de dois muros de compartimentação do edifício pré-existente sobrepostos parcialmente à área que ocupam os silos n.ºs 1 e 6, exigem necessariamente uma base sólida onde implantar-se. A variedade do espólio presente reflete a quotidianidade de um espaço doméstico (ou de vários), com uma ampla mistura de elementos, coerentes entre si cronologicamente, que seria difícil interpretar como “lixo” (medalhas, terço, moedas variadas, recipientes cerâmicos inteiros e ainda úteis) junto com outros que, efetivamente, parecem acompanhar terras detriticas ou bolsas de cinzas e carvões procedentes de aterros. Sem descartar completamente que parte dos enchimentos dos silos respondam a seu uso como lixeira ocasional, a nossa impressão é que provavelmente num momento avançado do século XVIII ou já mesmo no início do século XIX, este prédio sofre uma agressiva reforma, desativando definitivamente os silos do piso térreo, modificando-se a compartimentação interna e possivelmente também se alterando os vãos (portas de aceso e janelas) úteis. É possível que esse edifício estivesse abandonado, o que poderia explicar o desapego à hora de usar o espólio cerâmico como enchimento, além de parte dos entulhos de obra e de outros aterros. É importante indicar o declínio económico que sofreu Castelo de Vide desde finais do século XVIII, especialmente como consequência do estabelecimento da Real Fábrica de Lanifícios em Portalegre (1771-1772) que acabou com a industria de panos de Castelo de Vide, baseada em pequenas oficinas familiares, e, já no século XIX, após a saída do Regimento de Infantaria, a perda do estatuto de Praça Militar e os processos migratórios para os centros comerciais e fabris dos grandes núcleos urbanos do país, em detrimento de um interior fundamentalmente agropecuário. A estagnação da vila neste período aprecia-se também pela conservação do traçado urbano, praticamente similar ao existente desde o século XVII, sem exceder o limite marcado pelos baluartes. Será necessário esperar até a chegada da linha do comboio entre Madrid e Lisboa, a abertura de novas estradas, o impulso que suporá o turismo das águas na década de 40 do século XX e a construção de grandes quintas de repouso estival no entorno da serra para apreciar novos ritmos no desenvolvimento local.

O caso do edifício n.º 1 da Rua da Judiaria é representativo dos contextos de estruturas de armazenamento conhecidas no centro histórico de Castelo de

Vide. Pelos motivos que analisámos anteriormente resulta claro que a cronologia do espólio identificado no interior dos silos não pode ser utilizada diretamente para datar o momento de desativação dos silos da sua função original. Não obstante, conforme referimos, estes dados são coerentes tanto com a cronologia relativamente tardia destes espólios, fundamentalmente de época Moderna e até Contemporânea, como pela identificação de silos escavados no interior de edifícios que se inserem na última grande fase de desenvolvimento urbanístico da vila de Castelo de Vide nos séculos XVII e XVIII.

Como vimos, a existência de silos no interior dos espaços domésticos urbanos demonstra a necessidade, mas também a capacidade, de acumular excedentes de produção por cada unidade familiar. O carácter fundamentalmente urbano de Castelo de Vide e o importante peso das atividades artesanais e comerciais, face a terrenos envolventes de escassa capacidade agrícola e à necessidade de obter cereais, principalmente trigo, de territórios vizinhos, também está expressa documentalmente.

Por sua vez, a desativação, aparentemente generalizada, destas estruturas nos finais do século XVIII ou primeiras décadas do XIX reflete o momento em que esta estabilidade no abastecimento cerealífero terá sido conseguida, em parte pela estabilidade que trouxe a paz, mas também pela redução de bocas a alimentar que implicou a retirada das tropas. Sobre este aspeto, interessa referir a existência de um momento intermédio na desativação de alguns dos silos, nos quais estes são parcialmente desativados e substituídos por talhas, recipientes cerâmicos de menor capacidade, colocadas no seu interior e talvez orientadas principalmente ao armazenamento de líquidos (vinho e azeite) em vez de cereais. Vestígios destas talhas de grande dimensão foram identificados no interior destas estruturas de armazenamento, em alguns casos encastradas no extremo superior do silo<sup>46</sup>.

No que à dimensão ambiental diz respeito, como vimos, são os materiais presentes nos níveis de enchimento dos silos que mais informação oferecem. No caso dos silos de Castelo de Vide, o facto de serem frequentemente identificados vestígios de materiais de construção, nomeadamente, restos de elementos pétreos com vestígios de argamassas, estuques, telhas e tijolos, indicia a realização de reformas estruturais nos imóveis. Neste mesmo momento em que os edifícios são reformulados, portas entaipadas, paredes demolidas ou realizadas novas compartimentações, os silos perderam a sua função enquanto estruturas de armazenamento. Estes espaços vazios no interior dos pisos térreos são simultaneamente aproveitados para amortizar os entulhados resultantes destas reformas, de modo a suprimir os problemas estruturais

---

<sup>46</sup> Dois destes recipientes foram identificados na situação descrita aquando das escavações do edifício do Museu-Sinagoga. Por sua vez, exemplos destas peças, restauradas pela SACMCV, encontram-se expostas no Centro Municipal de Cultura e no Cine-Teatro Mouzinho da Silveira.

que podem resultar da existência de espaços vazios de tal dimensão nos pisos de circulação. Os níveis arqueológicos documentados demonstram colmatações rápidas, evidenciando a disponibilidade destes entulhos que poderiam resultar de remodelações levadas a cabo no próprio imóvel ou nas imediações. A presença de objetos de uso quotidiano nestes níveis de enchimento, principalmente cerâmicas, fala-nos também de níveis de abandono de algumas destas estruturas, que enquanto edifícios devolutos podiam ser utilizados para despejar lixos vários, ou da utilização dos próprios silos como lixeiras. A presença de níveis de cinza no interior dos silos resultaria de despejos de lareiras dos lares circundantes, ou do costume de queimar lixos uma vez despejados, práticas que se realizariam em simultâneo com outras áreas de lixeira ao ar livre.

## 6. A gestão do património subterrâneo

Antes de concluirmos gostaríamos de aproveitar para levar a cabo uma breve reflexão acerca do papel das estruturas negativas de armazenamento enquanto vestígios patrimoniais nos centros históricos.

Face aos dados que expusemos ao longo destas páginas resulta claro que os silos consistem em realidades multifacetadas com um imenso potencial para fornecer informação acerca do passado. Em primeiro lugar, trata-se de estruturas de armazenamento cuja leitura se deve integrar como parte de um contexto social complexo, e que uma vez desativados funcionam como contentores das materialidades quotidianas e testemunhos dos processos de transformação das paisagens urbanas. Em suma: são um vestígio do passado eloquente no presente.

No entanto, conforme sucede com a maioria dos vestígios enterrados, a informação patrimonial está constantemente em risco de ser perdida. Importa reforçar a necessidade de elaborar legislação que proteja este património (ou apelar ao cumprimento da já existente), principalmente no que respeita à elaboração dos Planos Diretores Municipais das zonas urbanas, mediante a definição de condicionantes para os centros históricos onde a presença de níveis patrimonialmente relevantes no subsolo seja uma realidade. Naturalmente que estas medidas se devem fazer acompanhar de ações de fiscalização que assegurem o cumprimento das mesmas, especialmente no que respeita à aprovação dos projetos, à exigência do cumprimento das fases prévias de diagnóstico e ao acompanhamento arqueológico das empreitadas. Resulta sintomático que este apelo, praticamente com as mesmas palavras, tenha sido já realizado já há 25 anos no trabalho prévio sobre os silos da Rua da Judiaria<sup>47</sup>,

<sup>47</sup> CANÁRIO, Joaquim - “Casas de ontem e de hoje...”, p. 180.

apresentado num dos primeiros encontros da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico.

Principalmente nos territórios de interior, nas vilas históricas, onde o turismo cultural tem crescido exponencialmente nos últimos anos, a salvaguarda da informação arqueológica deve ser prioritária. De facto, qualquer informação que se consiga obter acresce ao que já sabemos sobre a história local e deve ser incorporada na produção de conhecimento e na promoção cultural dos valores patrimoniais.

A par com a salvaguarda dos valores enterrados, os projetos de reforma urbanística em centros históricos deviam incluir levantamentos parietais e estudos de arqueologia da arquitetura, já que as próprias paredes dos imóveis detêm informação preciosa sobre as distintas ocupações, sucessivas reformas e transformações dos espaços urbanos.

Lamentavelmente, os trabalhos arqueológicos no âmbito de projetos de execução permanecem irremediavelmente associados a atrasos e custos acrescidos, uma ideia errónea que subsiste na opinião pública e que tantas vezes se promove por diferentes meios. Na nossa experiência, é sempre possível compatibilizar as medidas de salvaguarda patrimonial com o desenvolvimento das empreitadas, como sucedeu, por exemplo, em todos os trabalhos levados a cabo pela SACMCV na intervenção de silos a que neste artigo fizemos menção.

Por outra parte, devemos recordar que se a cota de afetação dos projetos não ultrapassar os pisos de circulação atuais, não existe necessidade de proceder à escavação arqueológica dos silos. A salvaguarda da sua localização, para acrescentar ao quadro de ocorrências análogas e para referência em projetos e trabalhos arqueológicos futuros, poderá ser suficiente. Nos casos em que efetivamente exista interesse em rebaixar os atuais pisos de circulação podem-se tomar medidas de conservação pelo registo que não invalidam o projeto.

Do ponto de vista da divulgação patrimonial estes vestígios subterrâneos raramente são difundidos. Os motivos são fáceis de compreender. Mesmo nos casos em que são identificados silos e existe vontade de manter estas estruturas acessíveis ou visíveis nos imóveis, tal nem sempre é possível. Por uma parte, como já falamos, supõem sempre pontos de instabilidade no imóvel, e são passíveis de sofrer infiltrações e de desabar. Por outra, são de difícil leitura na sua vista superior e quando para esse efeito são utilizados chãos de vidro, por exemplo, estas estruturas são propícias à condensação e à biodeterioração. A manutenção é difícil, e a leitura das estruturas normalmente escassa.

É neste contexto que devem ser promovidas novas formas de comunicar a informação arqueológica recuperada nos centros históricos e naturalmente que neste contexto as novas tecnologias permitem muitas utilizações práticas. As hipóteses são numerosas e variadas, mas podemos começar por sugerir a utilização



de aplicações para *smartphones*, associando códigos *querty* ou *beacons* aos edifícios que foram intervencionados e onde se identificaram vestígios arqueológicos no subsolo. Essa informação pode ser disponibilizada online, nomeadamente, desenhos e/ou fotografias dos valores patrimoniais identificados, exemplos do espólio mais significativo, modelos 3D das estruturas... numerosas formas de disponibilizar informação e de fomentar o conhecimento patrimonial que não envolvem a promoção do vestígio em si. Outras opções de divulgação passariam por fazer versões impressas e adaptadas destes recursos, disponibilizadas a partir dos postos de Turismo e por outros agentes. Naturalmente que algumas destas ferramentas já se encontram disponíveis, principalmente nas grandes cidades históricas, destinos turísticos mais consolidados; não obstante, parece-nos que podem ser também aplicadas aos pequenos centros históricos do interior, principalmente em casos como Castelo de Vide, onde existe informação de base disponível para este efeito, como são os mapas do centro histórico que atualmente se distribuem como informação turística, utilizando essa base podiam ser marcados os imóveis e espaços onde foram identificados valores no subsolo, ajudando dessa forma a completar o quadro de informação a partir da qual se (re)constrói o passado, preservar a memória dos edifícios e promover os imóveis e os centros históricos como palimpsestos. Trata-se de elementos vivos, que aparecem, crescem e modificam-se a par com as pessoas que os habitam, sendo importante preservar a sua evolução porque é também a evolução das comunidades que as ocuparam, refletindo a sua mentalidade e as suas vivências.

### Considerações finais

Ao longo destas páginas procurámos dar a conhecer os contextos arqueológicos relacionados com os silos documentados no centro histórico de Castelo de Vide. Desde uma perspetiva ambiental, como vimos, é o último momento de uso destas estruturas, uma vez desativadas da sua função original como estruturas de armazenamento, que mais dados nos pode oferecer acerca da gestão de lixo nas áreas urbanas de época medieval e moderna. Não obstante, para obter uma visão global destes processos de gestão de despejos urbanos, a informação obtida a partir dos níveis de desativação dos silos deverá ser cruzada com os dados obtidos noutras zonas de vertedouro, considerando-se ainda, sempre que disponível, informação proveniente de fontes documentais<sup>48</sup>.

Talvez o aspeto que resulta mais eloquente na análise deste tipo de estruturas

---

<sup>48</sup> Sobre esta questão importa mencionar que os silos surgem na documentação sobre nomenclaturas muito variadas: covas de pão, matamorras, tulhas, celeiros subterrâneos, entre outros (ROSA, Sérgio - *Os Silos Medievais de Almada...*).



seja encarar o silo como uma cápsula de tempo, um recipiente estanque de onde se recuperam vestígios de cultura material que permitem reconstruir quotidianos, bem como processos de gestão de lixo em ambientes domésticos urbanos. Não obstante, como vimos também, desde a perspectiva da análise diacrónica dos centros históricos, os níveis de aterro dos silos, e por extensão a remodelação das unidades domésticas, permite reconstruir as grandes mudanças construtivas, datar o momento da sua desativação, acompanhar a evolução dos imóveis e dos bairros. No caso de Castelo de Vide, o principal aspeto a reter será a cronologia tardia da abertura e desativação de muitos destes silos.

A presença de silos nas vilas medievais e modernas é um fenómeno muito generalizado nos territórios mediterrâneos. Pelo seu carácter subterrâneo, naturalmente que a maior parte da informação acerca destas estruturas é obtida na sequência de trabalhos de acompanhamento arqueológico, e por este motivo importa que os centros históricos estejam protegidos por legislação adequada, de modo a salvaguardar estas e outras informações. Os resultados que se vão dando a conhecer destes trabalhos arqueológicos, à semelhança do presente texto, costumam focar-se nas especificidades dos contextos analisados e, especialmente, no espólio arqueológico recolhido. Ainda assim, poderão ser obtidos resultados muito interessantes mediante estudos comparativos entre diferentes vilas e territórios, principalmente no que respeita às sequências de uso, abandono e enchimento destas estruturas negativas, bem como à sua capacidade de armazenamento e densidade construtiva, permitindo compreender e comparar as evoluções dos espaços urbanos ao longo dos séculos.